

cadernos
IHU
ideias

**Democracia,
liberdade positiva,
desenvolvimento**

Stefano Zamagni





cadernos **IHU** ideias

Democracia, liberdade positiva, desenvolvimento

Stefano Zamagni

ano 9 nº 157 2011 ISSN 1679-0316

 UNISINOS

INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS



UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS

Reitor

Marcelo Fernandes de Aquino, SJ

Vice-reitor

José Ivo Follmann, SJ

Instituto Humanitas Unisinos

Diretor

Inácio Neutzling, SJ

Gerente administrativo

Jacinto Aloisio Schneider

Cadernos IHU ideias

Ano 9 – Nº 157 – 2011

ISSN: 1679-0316

Editor

Prof. Dr. Inácio Neutzling – Unisinos

Conselho editorial

Profa. Dra. Cleusa Maria Andreatta – Unisinos

Prof. MS Gilberto Antônio Faggion – Unisinos

Profa. Dra. Marilene Maia – Unisinos

Dra. Susana Rocca – Unisinos

Profa. Dra. Vera Regina Schmitz – Unisinos

Conselho científico

Prof. Dr. Adriano Naves de Brito – Unisinos – Doutor em Filosofia

Profa. Dra. Angélica Massuquetti – Unisinos – Doutora em Desenvolvimento,
Agricultura e Sociedade

Prof. Dr. Antônio Flávio Pierucci – USP – Livre-docente em Sociologia

Profa. Dra. Berenice Corsetti – Unisinos – Doutora em Educação

Prof. Dr. Gentil Corazza – UFRGS – Doutor em Economia

Profa. Dra. Stela Nazareth Meneghel – UERGS – Doutora em Medicina

Profa. Dra. Suzana Kilpp – Unisinos – Doutora em Comunicação

Responsável técnico

Marcelo Leandro dos Santos

Revisão

Isaque Gomes Correa

Tradução

Benno Dischinger

Editoração eletrônica

Rafael Tarcísio Forneck

Impressão

Impressos Portão

Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Instituto Humanitas Unisinos

Av. Unisinos, 950, 93022-000 São Leopoldo RS Brasil

Tel.: 51.35908223 – Fax: 51.35908467

www.ihu.unisinos.br

DEMOCRACIA, LIBERDADE POSITIVA, DESENVOLVIMENTO

Stefano Zamagni

1 Introdução

A questão da relação entre as esferas civil, política e econômica é hoje a grande questão que desafia nossa capacidade de compreensão dos fatos e nossas possibilidades de ação. O frágil anel da corrente que mantém unidas estas três esferas é o da política, a qual está sujeita a ataques a partir de um duplo front: de um lado, o da globalização que vai subtraindo, progressivamente, a unificação autoritária da organização social ao Estado-nação; e, de outro lado, o da irrupção, no cenário *público*, das forças criativas dos indivíduos da sociedade civil portadores de cultura. Quais as consequências? Que o universalismo, sob cuja insígnia as democracias ocidentais se haviam proposto como ancoragem ética para o mundo inteiro, parece ter entrado em conflito com outros universalismos. O problema se origina da circunstância em que a perda dos limites geográficos do agir humano permite a expansão em escala planetária da cultura que resulta ser mais agressiva e mais “adequada” e que tende, por isso mesmo, a tornar-se hegemônica. Por sua vez, tal processo tende a deslocar aquelas culturas locais que até época recente tinham conseguido proteger-se, graças à existência de algum limite ou fronteira. Nisso está a raiz da questão identitária e do novo conflito – precisamente identitário – que disso se origina. A globalização, enquanto explosão das barreiras culturais, põe a nu os conflitos de que sofre toda a sociedade e, ao mesmo tempo, debilita as identidades históricas nacionais mediante a exposição de sua relatividade e parcialidade.

Diante disso, as principais matrizes de filosofia política – a liberal-individualista (Nozick, Hayek), a comunitarista (Etzioni, Sandel, Walzer), e a neocontratualista (Rawls, Gauthier, Buchanan) – demonstram não estar à altura dos desafios vigentes. Não porque estejam erradas – ao contrário, todas contêm grumos importantes e relevantes de verdade –, mas porque elas têm sido reducionistas. De fato, não conseguem conceituar ou conceber uma ordem social na qual encontrem aplicação simultaneamen-

te o princípio da permuta de equivalentes, que está na base do contrato e ao qual se requer a eficiência; o princípio de redistribuição, ao qual é requerida a satisfação de níveis decentes de equidade para a cidadania; e o princípio de reciprocidade, cuja missão específica é favorecer a difusão da cultura da fraternidade. Simultaneamente, só dois destes princípios e daquelas matrizes conseguem coexistir em suas refinadas elaborações. E, no entanto, uma sociedade digna de futuro necessita que todos os três princípios encontrem adequados espaços de expressão. Num ensaio publicado em 1939, por Maritain – infelizmente pouco conhecido –, se lê:

Esta democracia personalista afirma que cada um é chamado, em virtude da dignidade comum da natureza humana, a participar ativamente da vida política... A liberdade deve ser conquistada com a eliminação progressiva das diversas formas de escravidão: e não basta proclamar a igualdade dos direitos fundamentais da pessoa humana: esta igualdade deve passar realmente aos costumes e às estruturas sociais; enfim, a fraternidade na sociedade exige que a mais nobre e a mais generosa das virtudes entre na própria ordem da vida política (p. 10).

Em que ajudaria, realmente, redistribuir de modo equânime uma riqueza que, de fato, tivesse sido obtida de modo eficiente, mas ofendendo a dignidade daqueles que concorreram para produzi-la? O que faríamos de uma sociedade civil pensada como esfera de ação *separada* da sociedade política? Talvez pudessemos dizer que o conjunto (ou a somatória) dos bens particulares dos grupos presentes na sociedade coincida com o bem comum, entendido como bem do próprio ser ou existir em comum? Poderemos considerar uma boa sociedade na qual viver aquela em que a multiformidade das relações interpessoais fosse reconduzida à forma especial do contrato? Como haverei de mostrar, o modelo de democracia que herdamos do passado recente, isto é, o modelo elitista-competitivo, cujos méritos históricos jamais poderão ser desconhecidos, não consegue colocar a liberdade individual – que queremos conservar e até dilatar – em sintonia com o bem comum – que também queremos estender. Isso enquanto a liberdade de escolha não é suficiente para fundar o consenso. Assim seria, se escolher livremente implicasse em concordar com as consequências que derivam da própria escolha. O que hoje acontece sempre mais raramente.

Procurar recolocar as coisas em seu lugar, isto é, procurar fazer que estejam juntos os três princípios acima mencionados, é uma tarefa à qual os católicos não podem renunciar, se quiserem superar a aflição que atinge quem pensa – à maneira de Kafka – que existe um ponto de chegada, mas nenhuma via de acesso. No que segue, ocupar-me-ei, primeiro, em elucidar alguns aspectos da complicada relação entre economia e demo-

cracia na época da globalização. Passarei, depois, a expor as razões que falam a favor do modelo de democracia deliberativa, em lugar do agora obsoleto modelo de democracia elitista-competitiva. Enfim me deterei, porém brevemente, em algumas propostas práticas concebidas no sentido da atuação da democracia econômica.

2 A democracia na época da globalização

Dois traços distintivos do processo de globalização vigente ajudam-nos a captar o sentido das argumentações que hão de seguir. O primeiro tem a ver com a circunstância de a globalização ser um processo que, antes, aumenta a riqueza complexiva (constituindo, portanto, um *jogo de soma positiva*), determinando, porém, ao mesmo tempo, vencedores e vencidos. Em outras palavras, a globalização tende, por si, a reduzir as pobreza em sentido *absoluto*, aumentando aquelas em sentido *relativo*. Tecnicamente, considera-se “pobre em sentido absoluto” quem dispõe de menos de um dólar ao dia para destinar à aquisição de bens de necessidade primária. Segundo esta definição – assumida pelas Nações Unidas –, há hoje no mundo um bilhão e 200 milhões de seres humanos cujo rendimento se coloca abaixo deste limiar: trata-se daqueles que morrem de fome, de penúria e exaustão. Afirmando alguns que esta situação (em si escandalosa) seja fruto da globalização. Tem sido estimado, ao invés, que, se nos últimos 25 anos, não tivesse começado a operar o processo do qual nos estamos ocupando, os pobres absolutos somariam hoje mais de um bilhão e 800 milhões. Devemos entender que países como aqueles do Sudeste Asiático e alguns países da América Latina saíram do estado de pobreza absoluta, no qual se encontravam há séculos, somente após a ocorrida liberalização dos mercados.

Nos últimos anos, as taxas de crescimento dos países mais pobres (África excluída) foram mais elevadas do que aquelas dos países mais ricos. No período de 1980-2000, tratou-se de 4% em relação aos 1,7%, na média, respectivamente. E esta é uma novidade absoluta. Jamais acontecera anteriormente que os países pobres crescessem mais que os ricos. Quem hoje se encontra em condições trágicas é a África subsaariana, onde o número dos pobres em sentido absoluto passou dos 217 milhões em 1987 aos 301 milhões em 2000. Porém isso ocorre precisamente porque este continente permaneceu excluído do processo da globalização, não tendo sido auxiliado a inserir-se nele. É por esta razão que os representantes dos países pobres ou aqueles que falam em seu favor jamais se declaram contrários à globalização enquanto tal. Quando muito, protestam porque a certos países é impedido aceder aos benefícios econômicos que dela decorrem.

Reconhecido isso, é preciso declarar com a mesma franqueza que a globalização amplia a pobreza em sentido negativo, de acordo com a mensuração do coeficiente de Gini ou do índice de Theil. Isto é, aumentam as desigualdades entre os diversos grupos sociais, e isso ocorre não somente entre o Norte e o Sul do mundo, mas também no interior dos próprios países avançados. De fato, o aumento da independência econômica faz com que os segmentos até mesmo relevantes da população possam ser negativamente influenciados por acontecimentos que se verificam em lugares até muito distantes. Junto às bem conhecidas “carestias” decorrentes da depressão, a realidade hodierna tem conhecido com tristeza “carestias provenientes do boom”. O fato é que a expansão do processo de globalização pode fazer com que a capacidade de um grupo social de aceder aos recursos dependa – frequentemente de modo crucial – daquilo que fazem outros grupos sociais, sem que estes últimos sejam chamados a responder de qualquer modo a isso. Por exemplo: o preço dos bens primários (dos quais depende o bem-estar de segmentos importantes de populações rurais) pode depender daquilo que acontece com os preços dos bens industriais, ou então, dos preços dos serviços *high-tech*.

O ponto crucial é que o mecanismo da globalização é algo muito eficiente na produção de nova riqueza, mas não o é na redistribuição entre todos aqueles que participaram na criação daquela riqueza. A explicação é dada de imediato: a globalização tem a ver *in primis* com o conhecimento e com a capacidade tecnológica. Trata-se de bens econômicos particulares, cuja natureza não é facilmente reconhecível às familiares variáveis econômicas, isto é, preços e quantidades, a partir do momento em que aquilo que está em jogo passa através dos processos de aprendizagem. Saber como um maquinário deve funcionar é *conhecimento* tecnológico; fazer funcionar de modo eficiente é *capacidade* tecnológica. Tal distinção decorre de uma conceitualização da tecnologia diversa daquela em uso até algum tempo atrás e tem implicações relevantes para a assim chamada transferência das tecnologias, sobretudo quando isto ocorre entre áreas geográficas conotadas por fortes diferenças econômicas e culturais. A novidade é constituída pelo fato de o conjunto dos conhecimentos incorporados numa dada tecnologia somente em parte ser codificável – e, por conseguinte, facilmente imitável por outros, ou alhures. Em geral eles são tácitos, específicos de determinadas pessoas e instituições, adquiridas através de educação, experiência e pesquisa e, portanto, não transferíveis a custo nulo. Este componente tácito faz com que as capacidades tecnológicas aumentem por um processo de acumulação que é essencialmente de natureza incremental. De outro lado, o canal mais importante de ampliação das capacidades tecnológicas é a própria atividade de produção.

Quais as consequências de tudo isso para os objetivos do discurso sobre o aumento da pobreza relativa? A mais relevante é esta: o conhecimento pode, sim, ser oferecido socialmente, mas para frutificar deve ser absorvido individualmente. O que equivale a dizer que são os limites à capacidade de absorção do conhecimento que representam as principais barreiras à sua difusão. Eis porque não é lícito esperar que se chegue – como tantos ainda retêm obstinadamente – a uma balanceada (e equânime) globalização dos frutos da inovação somente por meio da liberalização das trocas internacionais de bens e serviços. Acontece assim que, enquanto os trabalhadores superqualificados veem progressivamente aumentar sua posição de bem-estar, aqueles de qualificação intermediária ou aqueles que sofrem de rápida obsolescência intelectual veem piorarem suas condições de vida. Mais em geral, o ponto que merece ser sublinhado é que os sistemas econômicos baseadas na produção de ideias tendem, *coeteris paribus*, a gerar mais desigualdade dos sistemas baseados na produção de mercadorias. Em outros termos, a tendência a excluir quem não tem ideias é mais forte do que a tendência de excluir quem não possui riquezas. De outra parte, o aumento das desigualdades tende a ameaçar a manutenção da paz, determinando um aumento das guerras civis e a redução da tendência atribuída pelos cidadãos ao valor da democracia. De fato, quando num país as desigualdades superam certo limiar crítico, os grupos sociais avantajados tendem a agregar-se para obter pela força a redefinição das regras de acesso aos recursos, até o ponto de provocar verdadeiras e próprias guerras civis.

De uma recente publicação das Nações Unidas emerge que nos últimos 40 anos tiveram lugar no mundo 48 guerras civis, grande parte das quais teve como causa desencadeadora precisamente o aumento das diferenças de natureza econômico-social. Com efeito, até os eventos de 11 de setembro 2001 jamais se pensara na globalização em situação de guerra. Se antes existia uma convicção difusa entre estudiosos e difusores de opinião, ela expressava que a globalização, mesmo com seus defeitos, estaria servindo à causa da paz. Veja-se, entre tantos, o influente livro de Robert Cooper (2000), no qual é defendida a tese de que a sociedade pós-moderna, cujo início é feito coincidir com advento do processo de globalização, é uma sociedade tendencialmente pacífica e na qual o nobre reclame é ao célebre trecho em *Ideia de uma história universal do ponto de vista cosmopolítico* (1784) de Kant, no qual se lê: “É o espírito do comércio que não pode conviver com a guerra e que, cedo ou tarde, se apossa de cada povo... Os estados se veem constrangidos (decerto não precisamente por motivos morais) a promover a nobre paz e, onde quer que a guerra ameaça explodir no mundo, a impedi-la com tratativas, como se estivessem, portanto, numa liga [dos povos] permanente”.

O que é afirmado acima se coliga ao outro traço característico da globalização: a tendência ao achatamento das variedades culturais dos diversos países. Como se sabe, a matriz cultural de uma comunidade inclui três elementos básicos: as tradições religiosas, os estilos de vida e as normas sociais de comportamento. Que a matriz cultural de uma comunidade possa ter importantes e, por vezes, decisivas consequências econômicas é coisa sabida há tempo. Por exemplo, conhecemos culturas que promovem a aprendizagem coletiva entre indivíduos especializados numa série de tecnologias correlatas; outras, ao invés, que incentivam a aprendizagem individual e a circulação em sentido somente vertical das informações. Em outros contextos ainda, a trama espessa das relações sociais favorece a experimentação, a criatividade e a assunção do risco; alhures, ao invés, a autoridade empresarial permanece centralizada e os limites fazendários permanecem inatingíveis, até mesmo com respeito às instituições públicas. Enfim, são as especificidades dos modelos culturais dos vários lugares que influem sobre os modos de distribuição da riqueza produzida naqueles mesmos lugares.

Onde está, então, o problema? No fato de que não se consegue fazer estarem juntas a multiculturalidade (isto é, a presença das variedades culturais que – como ensina a antropologia – é condição de sucesso da dinâmica social) e a integração socioeconômica nos vários países (isto é, a convergência para níveis decentes de bem-estar que – como foi dito acima – é uma das condições da paz). A globalização tende, pois, a exasperar o conflito entre estes dois objetivos fundamentais: os contatos frequentes entre indivíduos pertencentes a culturas diversas facilitam os ajustamentos comportamentais para tornar mais acessível a coordenação das decisões e mais viáveis as transações econômicas. No entanto, as modificações que intervêm nos comportamentos retroagem sobre os valores e sobre os traços culturais. Daqui decorre o novo dilema deste nosso tempo: desejando-se conter dentro de limites razoáveis a homogeneização cultural, é necessário aceitar que a integração socioeconômica proceda muito lentamente e, vice-versa, quando se quer acelerar esta última, é preciso aceitar um nivelamento cultural mais acelerado. O que causa problemas não é tanto a miscigenação de culturas num território, que é um fenômeno antigo já conhecido desde a época do império romano. É, antes, a miscigenação com reivindicação de paridade. Já que culturas que tinham estado separadas, às vezes por séculos, se tornaram, em razão da globalização, subitamente osmóticas, o que faz falta é certa unidade de entendimento (ZAMAGNI, 2003). E sobre isto não há respostas e muito menos propostas.

As consequências nefastas, no entanto, estão sob os olhos de todos: a emergência de uma nova causa de agregação e de

exclusão, uma causa que se manifesta na liberdade de movimento, que resulta concedida a alguns e negada a outros. O aspecto poderoso do passado era que se podia construir o castelo para defender suas fronteiras; o risco de hoje é o de quem vive sem fronteiras; quem já não tem mais um território a defender. Não só, mas o que mais releva é que os centros em que são “produzidas” as normas sociais de comportamento, os valores, os estilos de vida, são hoje extraterritoriais e desligados de vínculos locais, enquanto não é, por certo, a condição de vida daqueles que estão ligados a um lugar específico. Aqueles, portanto, que se encontram na situação de dever atribuir um sentido a modos de vida que não são autóctones, mas importados de outros lugares. Nisso está a origem do desenraizamento, da perda de raízes da parte de sempre mais numerosos grupos sociais, com as consequências que é fácil imaginar no processo de geração dos fluxos migratórios. Para expressá-lo de outro modo, a globalização vai gerando uma crescente separação entre os lugares nos quais é produzida a cultura e os lugares nos quais ela pode ser usufruída. Como a dizer que estão atualmente desfeitas as fronteiras que determinavam as culturas. O bem conhecido fenômeno da desterritorialização não abrange somente as empresas que podem decidir com relativa desenvoltura onde localizar as próprias atividades produtivas, mas também a cultura enquanto tal.

3 Porque a democracia deliberativa

Hoje, é amplamente reconhecido que a qualidade diversa do assim dito capital institucional é a que determina, em grande parte, as diferenças de desempenho econômico dos vários países, mesmo que estes fossem caracterizados por dotações substancialmente semelhantes de capital físico e de capital humano. De outro modo, sem nada tirar à permanente importância dos fatores geográfico-naturais e socioculturais, é um fato que o arranjo institucional de um país é, atualmente, o elemento que, mais do que qualquer outro, explica a qualidade e intensidade do processo de desenvolvimento de uma determinada comunidade.

As instituições às quais aludo são tanto as organizações políticas como as econômicas. O exemplo mais relevante das primeiras é constituído pelo modelo de democracia elitista-competitivo, ou mesmo populista, ou então comunitarista ou deliberativo. As instituições econômicas, ao invés, dizem respeito àquele conjunto complexo de regras que se referem tanto ao modo pelo qual são garantidos os direitos de propriedade – sem os quais uma economia de mercado sequer poderia funcionar – como às regras de acesso ao jogo econômico da parte dos cidadãos. Regras que bloqueassem ou tornassem particularmente onerosa a alguns grupos de cidadãos a participação na ativida-

de econômica – considerem-se as várias formas de racionamento do crédito, na existência de pesados vínculos burocráticos, na não disponibilidade de instrumentos financeiros, como os *venture capital* ou o *private equity* – por certo não favoreceriam o desenvolvimento.

É claro que o nexos causal entre as duas tipologias de instituições procede das políticas às econômicas, embora não haja dúvidas que os resultados econômicos obtidos por um país num determinado período e a consequente distribuição dos recursos entre os agentes econômicos concorrem para modificar, num sentido ou noutro, a estruturação futura das instituições políticas. Mas é a velocidade diversa da mudança que faz com que aquelas direções causais sejam confirmadas: notoriamente, as instituições políticas muito mais lentamente do que as econômicas.

Pois bem, considerando tudo o que foi escrito no parágrafo precedente, sou de opinião que o modelo elitista-competitivo de democracia não está mais em condições de dar vida a instituições econômicas capazes de assegurar elevadas taxas de crescimento e de dilatar os espaços de liberdade dos cidadãos. (O desenvolvimento – recorda-nos Amartya Sen – é, ou então é chamado a ser, liberdade.) Defendo, pelo contrário, que, para tal duplo objetivo, o modelo deliberativo de democracia demonstra ser mais adequado, além de ser mais eficaz. Vou procurar esclarecer.

São três as características essenciais do modelo elitista-competitivo, devido a Max Weber e a Joseph Schumpeter. A democracia é principalmente um método de seleção de uma elite que, sendo preparada, é capaz de tomar as necessárias decisões, dadas as correspondentes circunstâncias. A democracia é, pois, o procedimento adequado para se chegar a selecionar, no interior da sociedade, aqueles que estão em condições de tomar as decisões de quando em quando requeridas pelo corpo político. A segunda característica é a de obstaculizar os excessos de poder da *leadership*, da liderança política. Uma vez que o risco da degeneração e do abuso de autoridade já não pode mais ser esconjurado, é oportuno inserir nas engrenagens do poder “grãozinhos de areia”. E que modo melhor para obter tal resultado do que aquele de fazer soprar sobre os partidos políticos o vento da competição? A terceira característica, enfim, é que o modelo em questão se qualifica por sua orientação ao crescimento econômico e ao desenvolvimento da sociedade. Observe-se a analogia: como na arena do mercado as regras da competição servem para assegurar uma eficiente alocação dos recursos e, por conseguinte, a taxa de desenvolvimento mais elevada possível, assim, no mesmo padrão, na esfera política os partidos competem entre si para vencer as eleições, minimizando os respectivos consensos. As regras da competição eleitoral devem, então, ser tais que impeçam a formação de grupos de

poder que favoreçam um ou outro dos contendores. Em definitivo, a ideia de base de tal modelo de democracia é que as empresas gerenciem os mercados e os governos regulem as empresas. De outra parte, as burocracias de variado tipo gerenciam a administração pública e o governo controla e regula a burocracia. Desse modo, é à esfera política que é requerida a tarefa de traçar o roteiro de marcha da sociedade inteira.

Notáveis têm sido os resultados que este modelo de democracia – com suas múltiplas variantes nacionais – tem permitido obter a partir do segundo pós-guerra. E – como é oportuno dizer – são também notáveis suas vantagens referentes à proposta, avançada em época recente pelo pensamento comunitarista (Sandel, Etzioni, Unger), para o qual a coabitação entre o liberalismo e a democracia é bem diverso de algo evidente e definitivo. Mas algumas mudanças de dimensão epocal – como a globalização e a introdução no processo econômico das novas tecnologias infotelemáticas – a tem tornado inadequada e não mais funcional para acolher os novos desafios. De fato, é evidente que a democracia não pode consistir unicamente dos mecanismos da representação e da tutela dos interesses. A vida democrática não abrange somente os procedimentos, mas também a definição de um espaço aberto de garantias e direitos para que aquilo que não passa da política não seja reduzido ao nível de resíduo ou a algo que, no máximo, possa ser tolerado. E isso pela razão fundamental de que a sociedade não é o *objeto* da política. Ela é antes o *fim* que a política, com seu órgão principal que é o Estado, deve servir. O princípio democrático – como se sabe – se rege segundo duas pilastras fundamentais. De um lado, que todos aqueles que direta ou indiretamente são influenciados por uma decisão política possam, pelo menos em certa medida, concorrer para influenciar a própria decisão. E, de outro lado, que aqueles que adquiriram por via eleitoral o poder de tomar decisões, sejam considerados responsáveis pelas consequências que disso decorrem, respondendo eleitoralmente aos cidadãos – que é o assim chamado princípio da imputabilidade pessoal do agir político.

Pois bem, a globalização vai enfraquecendo estes pilares com o resultado de desafivelar, no interior de cada Estado nacional, o forte elo entre democracia e instituições democráticas. A realidade hodierna nos apresenta, de fato, um quadro no qual há indivíduos capazes de produzir normas vinculantes, também *erga omnes*,¹ mas que não têm território e que não são regidos por instituições democráticas do tipo daquelas às quais até agora fomos habituados. O Estado nacional não é mais o único produtor de normas jurídicas. Considerem-se entidades como as empresas transnacionais que já há alguns anos vêm construindo

1 Ou seja, válidas para todos. (NdT.)

a *nova lex mercatoria*; considerem-se também as associações transnacionais, as organizações não governamentais, e as próprias organizações intergovernativas, como a União Europeia, que assumiram poderes supranacionais não contemplados pelo direito internacional e não reguláveis por meio de seu principal instrumento que é o tratado. Considerem-se, ainda, os organismos interestatais como a Organização Mundial do Comércio, ou então o G8 que, embora não possua uma legislação democrática segundo os cânones elitístico-competitivos, tomam decisões de grande relevância prática.

Refleta-se também sobre o nexos entre a democracia competitiva e aquele fenômeno, tão amplamente difuso na práxis do agir político, conhecido como “curto-prazismo” (*short-termism*). Os partidos políticos predispõem a própria plataforma eleitoral pensando nas eleições subsequentes e não nos interesses das gerações futuras. Esta é, de fato, a estratégia a seguir para esperar vencer na competição eleitoral. Mas a política democrática é a visão dos interesses distantes. A responsabilidade com as gerações futuras é questão que, sobretudo hoje, não pode ser evitada ou eludida. A natureza da maior parte das questões relevantes em âmbito tanto social como econômico é, atualmente, tão abrangente que as decisões que os governos tomam baseados num horizonte temporal de breve período geram quase sempre efeitos de longo alcance que repercutem sobre as gerações futuras, as quais, no entanto, eles próprios não respondem eleitoralmente. (O segundo pilar mencionado acima chega, assim, a desmoronar.) Valha um par de exemplos. Se o governo de um pequeno país decide dar vida, por razões eleitorais, a um paraíso fiscal, no qual é tornada mais ágil a lavagem do dinheiro sujo, isso terá efeitos não só sobre o funcionamento dos mercados financeiros, mas também sobre as gerações futuras daquele país, as quais sofrerão uma pesada hipoteca. Mais ainda: a decisão do governo de um país de não ratificar acordos em âmbito ambiental, como aquele de Kioto, pode certamente ter válidas razões econômicas se o horizonte temporal é de curto período (a redução dos custos de produção e, por conseguinte, a elevação das margens de competitividade ante países que, ao invés, tivessem ratificado aqueles acordos). Mas é evidente que decisões do gênero terão efeitos negativos que repercutirão sobre as gerações futuras.

É, pois, a discrasia crescente entre determinações políticas pensadas para um breve período e para o contexto nacional e as consequências que derivam daquelas determinações e que ultrapassam as fronteiras nacionais, incidindo sobre a esfera de liberdade das gerações futuras, que geram problema. O argumento – que hoje se tornou moda, sobre a onda de impulsos de natureza populista –, segundo o qual o político não deve guiar o povo, mas deve ser guiado pela opinião e pelas preferências do

povo, carece de sólido fundamento quando se considera que o povo diz o que quer para hoje e não o que quer para o amanhã. Disso decorre a miopia de que parece sofrer uma grande parte das escolhas políticas. Decorre também o paradoxo pelo qual os conteúdos dos programas eleitorais se tornam sempre mais gerais, enquanto os especialistas de ação nas técnicas de persuasão usadas para capturar (e com frequência manipular) as preferências dos eleitores obtêm sempre mais espaço. Como se exprime Crouch (2003), é a deriva “economicista” da concepção da cidadania, ligada, por sua vez, ao domínio dos lobbies econômicos que faz com que os cidadãos sejam induzidos a desempenhar um papel passivo no processo democrático, no qual o debate eleitoral é controlado por profissionais treinados.

Porém há mais. Na conceitualização schumpeteriana de democracia, é duplo o papel desenvolvido pela elite econômica: de um lado, ela ocorre para contrapor políticas significativas de redistribuição da renda (e da riqueza) com o objetivo de manter alta a taxa de investimento; de outro lado, ela procura assegurar-se a manutenção das posições de renda adquiridas mediante o levantamento de barreiras na entrada, de modo a obstaculizar o ingresso no mercado de potenciais advenientes. Como a teoria econômica ensina, tanto a taxação com fins redistributivos como a conservação de posições de monopólio representam exemplos de políticas distorcivas. A primeira, porque desencoraja os investimentos produtivos: tanto isso é verdade que o célebre argumento de Seymour Lipset (1959) – retomado em época recente por Barro e outros (1999) –, segundo o qual a democracia segue e não precede o desenvolvimento, fundamenta-se precisamente sobre a consideração de que somente em alguns países, nos quais o percentual de pobres é antes limitado, a regra democrática não levará à aprovação de políticas marcadamente redistributivas. Mas também a manutenção de barreiras na entrada (nas formas por todos bem conhecidas) é uma política distorciva pela simples razão de que isso impede ou torna mais dificultoso o ingresso no mercado de agentes mais produtivos ou mais capazes de inovação. Então, qual das duas tipologias de distorção é a mais danosa aos fins do desenvolvimento? A resposta é imediata. Num breve período e em contextos caracterizados por lenta evolução tecnológica, o primeiro tipo de distorções se demonstra menos danoso com respeito ao fim de garantir níveis elevados de eficiência, mesmo que certamente não de equidade. Não é assim, ao invés, quando o horizonte temporal se alonga e, sobretudo, quando – como hoje ocorre – a mutação tecnológica é estrutural e endêmica. Em contextos do gênero, não concordar com o mecanismo competitivo de funcionamento pleno, porque se privilegiam as posições adquiridas pelos *incumbent*, significa resignar-se ao pior, isto é, ao declínio.

A conclusão que tiro do que precede é que o modelo elitista-comparativo de democracia não está apto, nas atuais condições históricas, a gerar e defender aquelas instituições econômicas das quais depende tanto uma elevada taxa de inovação quanto a ampliação da plateia de indivíduos que possuem título para participar do processo produtivo.² A democracia deliberativa mostra, ao invés, estar à altura da situação. Basicamente, a razão é que, para tal modelo, não é admissível que o bem-estar, o estar bem dos marginalizados e dos desfavorecidos dependa – segundo as circunstâncias – do “Estado benevolente” ou das instituições do “capitalismo compassivo”. Deve antes ser o resultado de estratégias de inclusão no circuito da produção – e não da redistribuição – da riqueza. Considere-se o deslizamento semântico que termos como “público” e “social” têm sofrido no atual debate político. “Público” denota o todo, o interesse geral; “social” é termo usado para denotar a esfera dos pobres ou dos segmentos marginalizados da população. E, realmente, as políticas sociais denotam as políticas para os pobres. Tendo descoberto que a riqueza não cresce para o lado, mas somente para o alto: isto é, não se difunde entre todos aqueles que poderiam tomar parte no processo de sua criação, as agendas políticas vêm destiladas em nome do “público”, vale dizer, em nome da generalidade dos cidadãos. É assim que a desigualdade tem sido acompanhada pela diferença: entre pobres e ricos, entre assistidos e não assistidos não há somente desigualdade econômica, mas também diferença. Não é, talvez, este o principal fator que limita o desenvolvimento das nossas sociedades hoje? Uma democracia deliberativa – a qual não pode olvidar-se dos elementos ideais que plasmam a opinião pública – jamais poderá aceitar que as desigualdades entre indivíduos degenerem em diferenças.

Como indica Viola (2003), são três as características essenciais do método deliberativo. Em primeiro lugar, a deliberação abrange as coisas que estão em nosso poder. (Como ensinava Aristóteles, não deliberamos sobre a Lua ou sobre o Sol!) Então, nem todo discurso é uma deliberação, a qual é antes um discurso orientado à decisão. Em segundo lugar, a deliberação é um método para procurar a verdade prática e, por isso, é incompatível com o ceticismo moral. Em tal sentido, a democracia deliberativa não pode ser pura técnica sem valores; não pode reduzir-se a mero procedimento para tomar decisões. Terceira característica: o processo deliberativo postula a possibilidade da auto-

2 Num contexto de discurso realmente diverso daquele aqui em exame, Acemoglu (2004) nos oferece uma acurada e persuasiva indagação empírica em apoio a tal proposição, pondo em confronto o padrão de desenvolvimento de países com regimes oligárquicos com o de países democráticos, no período do segundo pós-guerra.

correção e, portanto, que cada parte em causa admita *ab imis*,³ a possibilidade de modificar as próprias preferências e as próprias opiniões à luz das razões adotadas pela outra parte. Isso implica não ser compatível com o método deliberativo a posição de quem, em nome da ideologia ou de interesses pessoais, se declare impermeável às razões alheias. E em vista disso é que a deliberação é um método essencialmente comunicativo. Segundo a opinião de Cohen (1989), a democracia deliberativa é uma “deliberação pública focalizada sobre o bem comum”, na qual, quem dela participa, declara-se disponível a pôr em jogo as próprias preferências iniciais, já que “as preferências e as convicções relevantes são aquelas que emergem da deliberação ou são confirmadas por meio da deliberação” (p. 69). Do ponto de vista da legitimidade democrática, os resultados do processo deliberativo valem “se e somente quando podem ser objeto de um livre e racional consenso entre iguais” (p. 73).

A primeira condição da praticabilidade do modelo democrático-deliberativo é, pois, a igualdade das oportunidades de acesso à informação e a consciência das sequelas que resultam das opções em jogo. Considere-se, ao invés, o que ocorre hoje quando se quer medir o pulso da opinião pública. As pessoas usualmente abordadas nas sondagens políticas não têm, com frequência, informações suficientes sobre o tema para o qual é requerida uma opinião. Com a mesma frequência, não tiveram maneira de refletir sobre isso; e, ainda com mais frequência não confrontaram as próprias preferências e convicções com as de outros, numa livre e aprofundada discussão. No entanto, é com base em tais respostas que são formulados programas de ação e linhas de intervenção da parte da classe política (FISKIN; LASLETT, 2003). Contrariamente, a visão deliberativa da política reivindica o primado da sociedade civil com suas dinâmicas relacionais, objetivando uma política primariamente não baseada sobre o compromisso, e sim sobre a persuasão e o consenso, entendido este como um acordo obtido segundo os procedimentos da argumentação racional em torno de um interesse comum que não é a mera soma dos interesses individuais. A concepção deliberativa da democracia cultiva, portanto, a perspectiva de individuar e concorrer para criar uma “esfera pública” – no sentido que já John Stuart Mill havia especificado na segunda metade do século XIX – que seja lugar de expressão da liberdade dos cidadãos, em conformidade com normas e procedimentos participativos respeitosos da diversidade. Ela não aceita, portanto, a invasão do “político” em detrimento do “civil”, uma invasão que termina, de fato, negando todo espaço à subsidiaridade (horizontal).

3 Ou seja, no íntimo. (NdT.)

Não poucos são, certamente, os nós teóricos e práticos que devem ser desfeitos para que o modelo de democracia deliberativa possa constituir uma alternativa plenamente aceitável com relação àquela existente. Mas não há dúvida que a concepção deliberativa de democracia seja, hoje, a via que melhor do que outras – em particular, melhor do que a via neodemocrática ou comunitarista, a qual vai ganhando crescente popularidade na América – consiga enfrentar os problemas do desenvolvimento e do progresso de nossos países. Isso enquanto ela consegue pensar na política como atividade não só baseada sobre o compromisso e a inevitável taxa de corrupção que sempre o acompanha, mas também sobre os fins da própria convivência e do existir em comum. Além disso, ela também é a via pública eficaz para se contrapor à invasão do “político” (no sentido de Hobbes) e, assim, para reafirmar o papel do civil. O que equivale a fazer com que o espaço público deixe finalmente de ser perigosamente identificado com o espaço estatal, porque – como nos recorda G. Leopardi: “Da *pouca* sociedade nasce que não haja *boa* sociedade” (grifo nosso).

4 Propostas para uma democracia econômica

Que propostas de ação é possível avançar hoje para iniciar um processo voltado à realização de uma autêntica democracia econômica? Indico três, que considero num certo sentido prioritárias e com respeito às quais o movimento católico italiano deveria sentir-se diretamente chamado em causa, seja qual for a colocação prática de suas várias expressões.

A primeira proposta diz respeito à ação de um *mercado plural*, isto é, de um mercado no qual possam operar, em condições de paridade, tanto jurídica como econômico-financeira, empresas capitalistas, empresas sociais e empresas civis. À democracia econômica não basta, de fato, o pluralismo *nas* instituições. Ela também exige o pluralismo *das* instituições econômicas – pluralismo, este último, que ainda não existe na Itália, onde as formas empresariais diversas da capitalista – por exemplo, as empresas cooperativas – são somente consideradas formas “menores” de empresa. Caso se queira que o mercado possa voltar a ser – como o foi na época do humanismo civil – um meio para reforçar o vínculo social, é necessário que no interior (e não já ao lado) do espaço econômico possam operar – sem discriminação alguma – indivíduos cujo agir seja inspirado no princípio de reciprocidade. Considerem-se as empresas cooperativas; as cooperativas sociais; as empresas da economia de comunhão.

Corrigir de maneira incisiva a legislação vigente – em particular o título V do código civil – é, então, tarefa urgente a desempenhar. De fato, não há quem não veja como a fecundidade da competição esteja no fato de ela implicar em tensão, a qual pos-

tula sempre a presença de outro indivíduo e a relação com ele. Não pode existir competição onde não existe o outro. Sem tensão não há movimento, mas o movimento – eis o ponto – ao qual a tensão dá lugar também pode ser mortífero. E é tal aquela forma de competição que hoje chamamos posicional. Trata-se de uma nova forma de competição, bem pouco presente nas épocas precedentes e que é particularmente perigosa, porque tende a destruir o adversário. Em tal forma de competição o fim último do agir econômico não é a tensão do direcionamento a um objetivo comum – como o étimo latino *cum-petere* deixa claramente entender –, mas a tensão hobbesiana *mors tua, vita mea*. É nisso que está a estultícia da posicionalidade que, enquanto assegura que vença “o melhor”, elimina ou não sabe valorizar adequadamente quem chega como “segundo” na competição de mercado.

João Paulo II, na intervenção de 29 de novembro de 2004, parece referir-se à exigência indicada, quando afirma: “A discriminação com base na eficiência não é menos lastimável que aquela efetuada com base na raça, no sexo ou na religião. Uma sociedade que *dê espaço* somente aos sãos, aos que são perfeitamente autônomos e funcionais, não é uma sociedade digna do homem” (grifo nosso). Note-se, a esse respeito, a hipocrisia de nosso tempo: de um lado, multiplicam-se as tomadas de posição verbal a favor dos últimos e se favorecem fiscalmente intervenções em chave filantrópica. Mas, de outro lado, o sistema de valores, os critérios de valoração do agir econômico e os estilos de vida continuam ancorados no princípio da eficiência, assumida como *único* banco de prova pelo qual decidir que tipo de empresa pode permanecer no mercado. É claro, porém, que uma empresa social (digamos, uma cooperativa social) que cria condições de trabalho a pessoas portadoras de deficiência, subtraindo-as, assim, da humilhação de serem consideradas “objetos” de filantropia ou “compaixão”, não pode ser tão eficiente (no modo como a eficiência é usualmente entendida) como uma empresa na qual trabalham somente “os sadios, os perfeitamente autônomos e funcionais”. O que ainda carece ser afirmado, em nível cultural, é a percepção que a eficiência sobre a qual está baseado o cálculo econômico é obsoleta, é excogitada por um modelo de sociedade (a industrial) que já não existe mais.

Uma segunda proposta diz respeito à criação de *mercados de qualidade social*. Trata-se de mercados cujo fim específico é a atuação de um modelo de *welfare* civil capaz de conseguir liberdade de escolha e universalismo das prestações. A liberdade de escolha descreve a ausência de coerção da parte de outros. Ela tem a ver com a *possibilidade* de escolha, com a existência de um domínio privado isento de decisões arbitrárias. O universalismo fala, ao invés, da capacidade de escolher. Isso tem a ver com o *exercício* da escolha. Uma pessoa desprovida da liberdade de escolha é constrangida a aceitar os planos que qualquer

outro indivíduo fixou para ela; ela carece de poder se não estiver em condições de realizar o próprio plano de ação. Como se compreende, as duas coisas são diversas. Pois bem, um *welfare* que toma seriamente em consideração a categoria dos direitos humanos deve ser um *welfare* “habilitador” e não assistencialista: existe um nível de necessidades, comuns a todos, porque expressão da condição humana, que devem ser satisfeitas antes que as pessoas façam ingresso no mercado. Em tal sentido, a construção de redes de segurança social não é um luxo a que só pode se permitir os países “ricos”, mas um ingrediente essencial para o próprio funcionamento da economia de mercado. Esta produz, sim, grandes benefícios, mas tende a tornar a vida mais arriscada e insegura para tantas pessoas. Reduzindo, pois, a incerteza da vida, o *welfare* civil aumenta a propensão ao investimento e, sobretudo, a criatividade e, em consequência, a produtividade geral do sistema. Hoje, há grande evidência empírica sobre o fato de que os países que mais investem nas redes de segurança social são aquelas que ocupam os primeiros lugares na gradação mundial do grau de competitividade. (Cf. LINDERT, 2004.) Como se expressa Fitoussi (2004), quando se passa da condição de pedestre à de automobilista, ganha-se certamente em velocidade e comodidade, mas somente quando se garante ao mesmo tempo a segurança. Caso contrário, o aumento do risco pode anular qualquer benefício. Não é, pois, verdade que o modo atual de produção – o modo pós-industrial – exija ou postule a redução das proteções sociais. Não é a globalização a causa do aumento das incertezas e da precariedade. A verdade é exatamente o contrário: é nossa própria propensão a transformar a natureza do trabalho e a conceber a função do mercado que abre à globalização o espaço no qual ela pode produzir os efeitos perversos de que somos testemunhas.

Os mercados de qualidade social, ainda inexistentes em nosso país, são mercados cujo modo de operar é diverso daquele dos mercados de bens privados (BRUNI; ZAMAGNI, 2004). Nestes, os recursos que o Estado obtém pela fiscalização geral e que decide destinar ao *welfare* são utilizados para intervenções de promoção e apoio da demanda de serviços sociais, transformando, assim, em efetiva uma demanda que, de outro modo, permaneceria somente virtual, isto é, não pagante. Como a dizer que os fundos públicos sejam utilizados, em primeiro lugar, para financiar a demanda (isto é, os portadores de necessidades), bem como a oferta, como ainda hoje ocorre. Secundariamente, trata-se de intervir do lado da oferta dos serviços com medidas legislativas e administrativas, para assegurar a pluralidade dos sujeitos da oferta de vários serviços e isso com o objetivo de esconjurar os riscos da formação de posições de renda, isto é, de monopólio (tanto público como privado) e permitir uma real liberdade de escolha da parte dos cidadãos.

Em boa substância, a ideia básica do mercado de qualidade social é que seja possível inserir a dimensão social *dentro* do mercado; não acima dele, como quereriam os defensores da tese do mercado como “mal necessário”, nem abaixo dele, como quereriam, pelo contrário, os defensores do “conservadorismo compassivo”. A propósito destes últimos, observe-se o seguinte paradoxo: precisamente os estimuladores mais convictos dos méritos do mercado são também aqueles que não o consideram adequado para perseguir objetivos de natureza social! Para esses, de fato, conviria apelar para a filantropia organizada, caso se queira procurar satisfazer as necessidades daqueles que ficam para trás na competição do mercado. O fato é que os advogados do liberal-liberalismo têm algo relevante a explicar, uma vez que nem a teoria econômica nem a evidência empírica sugerem que as redes de proteção social prejudiquem necessariamente a economia. E tudo isso sem chamar em causa juízos de valor, como os que visam a equidade, a solidariedade, a fraternidade.

De uma terceira proposta desejo, enfim, falar brevemente. Trata-se de desencadear uma vasta campanha cultural centrada na figura, de fato nova, do *consumidor socialmente responsável*. Não é somente a empresa que deve ser socialmente responsável. Também o cidadão, como consumidor, não pode se considerar exonerado da obrigação de utilizar o próprio poder de aquisição para contribuir na consecução de fins que ele julga eticamente relevantes. Considere-se que a despesa por consumos privados atinge, hoje, aproximadamente os 2/3 da renda nacional. Então é fácil compreender quão relevantes possam ser os efeitos de decisões eticamente orientadas sobre consumos e poupança da parte dos cidadãos. Basta considerar quão forte é a dependência de empresas e intermediários financeiros do comportamento de consumidores e poupadores.

A novidade da atual fase histórica é a tendência para o rompimento da relação de dependência entre consumo e produção. O consumo está assumindo a primazia, não obstante diversas incertezas e contradições. Neste sentido, está se realizando hoje uma intuição do grande filósofo e economista inglês John Stuart Mill que, já na segunda metade do século XIX, havia falado da soberania do consumidor. Na realidade, o consumidor jamais foi soberano e também não o é hoje. Potencialmente, todavia, o consumidor tem atualmente a capacidade de enviar mensagens à produção para que esta se ajuste às suas preferências. Despendendo seu poder de aquisição de um modo, antes do que de outro, o consumidor envia um sinal bem preciso a quem produz para indicar-lhe não só o que mais agrada, mas também o modo pelo qual deseja que aquele produto seja obtido. Tanto é verdade que, se o consumidor sabe que certos bens são produzidos de um modo que ele julga eticamente contrário à sua visão do

mundo, desencadeia a sanção econômica, por exemplo, na forma do boicote ou da denúncia midiática.

À luz do exposto acima, pode-se apreciar a importância estratégica, além de simbólica, de iniciativas como a do consumo crítico, das finanças éticas, ou iniciativas de *asset building* (de que as microfinanças são o exemplo no momento mais conhecido). É verdadeiramente paradoxal que nesta passagem de época, na qual o termo direito está entre os mais inflacionados, ainda não se tenha percebido que são tantos os segmentos de população aos quais é sistematicamente negado o acesso ao crédito e à gestão racional da poupança. São tais aqueles indivíduos que, embora sendo portadores de ideias brilhantes ou de projetos industrialmente merecedores de crédito, não disponham do colateral, de garantias reais; os imigrados que, por serem classificados como indivíduos não bancáveis, se veem sistematicamente racionados no crédito, ou então não atendidos em sua requisição de microdepósitos; todos aqueles que, embora desejosos de sair da pobreza, recusam a via do assistencialismo, público ou privado que seja, porque preferem valer-se das oportunidades que o mercado estaria em condições de oferecer.

Generalizando um instante, pode-se dizer que, enquanto ontem era pobre quem não podia aceder a níveis decentes de consumo, hoje, pobre é principalmente quem é deixado fora dos circuitos de produção da riqueza, sendo, portanto, constrangido à irrelevância econômica. Eis porque são principalmente os pobres que necessitam de serviços financeiros, nas formas tanto do microcrédito como da gestão da poupança. Pois bem, as várias expressões das finanças éticas contribuem, talvez mais do que qualquer outra instituição econômica, no combate da pobreza entendida não tanto (e não só) como falta de rendimento, quanto como vulnerabilidade e exclusão. Pode-se, pois, dizer com razão que a batalha para assegurar a todos o acesso ao crédito se constitui em verdadeira e própria batalha de civilização.

Em definitivo, o ponto a sublinhar é que não existe somente o voto político como instrumento de democracia. Existe também o voto econômico, cujo sentido é o de conduzir para a arena do mercado o exercício da opção *voice* (no sentido de Hirschman). A democracia econômica postula que os consumidores possam induzir, com suas decisões de despesa, empresas e instituições a operarem para a prossecução de fins socialmente legitimados. Nisto está o sentido profundo da subsidiaridade fiscal e das práticas de “administração compartilhada”.

Da Doutrina Social da Igreja vem hoje uma grande mensagem de esperança que se endereça especificamente a todos aqueles que não se reconhecem na “cultura” do piagnisteu para a catástrofe incumbente, nem se inclinam para o otimismo desencantado de quem vê na globalização uma espécie de marcha triunfal da humanidade para sua completa realização. O cris-

tão não pode cair em armadilhas do gênero, porque sabe que é precisamente nas fases de forte crise, isto é, de passagem, que se abrem espaços inesperados para a operacionalização de novas projetividades. Como recorda A. McIntyre, na época da queda do Império Romano as comunidades cristãs desistiram da tentativa de mantê-lo forçosamente em vida. Puseram-se, ao invés, a criar lugares de vida humana e a projetar formas mais avançadas de organização social. Iniciou-se, assim, “a época das Catedrais” e o desenvolvimento da civilização ocidental.

Referências

- ACEMOGLU D. et Al. “Institutions and the fundamental cause of long-run growth, CEPR, june, 2004.
- BARRO, R. “Determinants of democracy”, *Journal of Political Economy*, 107, p. 158-183, 1999.
- BRUNI, L.; ZAMAGNI, S. *Economia Civile*. Bolonha: Il Mulino, 2004.
- COHEN, J. “Deliberation and democratic Legitimacy”, in HAMLIN, A. e PETIT, P. (org.). *The good Policy*. Oxford: Blackwell, 1989.
- COOPER, R. *The postmodern State and the world order*. Londres: Macmillan, 2000.
- CROUCH, C. *Postdemocrazia*. Roma: Laterza, 2003.
- FISKIN, J.; LASLETT, P. (org.). *Debating Deliberative Democracy*. Oxford: Blackwell, 2003.
- FITOUSSI, J. P. *La democrazia e il mercato*. Milão: Feltrinelli, 2004.
- LINDERT, P. H. *Growing public. Social Spending and Economic Groth since The Eighteenth Century*. Cambridge: CUP, 2004.
- LIPSET, S. “Some Social Requisites of Democracy”, in *American Political Science Review*, 53, p.69-105, 1959.
- MARITAIN, J. *I believe*. New York: Simon and Schuster, 1939.
- VIOLA, F. “La democrazia deliberative tra costituzionalismo e multiculturalismo”, in *Ragion Pratica*, 2, 2003.
- ZAMAGNI, S. *Quale modello di democrazia per la società post-industriale?* Bolonha, 2003.

TEMAS DOS CADERNOS IHU IDEIAS

- N. 01 *A teoria da justiça de John Rawls* – Dr. José Nedel
- N. 02 *O feminismo ou os feminismos: Uma leitura das produções teóricas* – Dra. Edla Eggert
O Serviço Social junto ao Fórum de Mulheres em São Leopoldo – MS Clair Ribeiro Ziebell e Acadêmicas Anemarie Kirsch Deutrich e Magali Beatriz Strauss
- N. 03 *O programa Linha Direta: a sociedade segundo a TV Globo* – Jornalista Sonia Montañó
- N. 04 *Ermani M. Fiori – Uma Filosofia da Educação Popular* – Prof. Dr. Luiz Gilberto Kronbauer
- N. 05 *O ruído de guerra e o silêncio de Deus* – Dr. Manfred Zeuch
- N. 06 *BRASIL: Entre a Identidade Vazia e a Construção do Novo* – Prof. Dr. Renato Janine Ribeiro
- N. 07 *Mundos televisivos e sentidos identitários na TV* – Profa. Dra. Suzana Klipp
- N. 08 *Simões Lopes Neto e a Invenção do Gaúcho* – Profa. Dra. Márcia Lopes Duarte
- N. 09 *Oligopólios midiáticos: a televisão contemporânea e as barreiras à entrada* – Prof. Dr. Valério Cruz Brittos
- N. 10 *Futebol, mídia e sociedade no Brasil: reflexões a partir de um jogo* – Prof. Dr. Édison Luis Gastaldo
- N. 11 *Os 100 anos de Theodor Adorno e a Filosofia depois de Auschwitz* – Profa. Dra. Márcia Tiburi
- N. 12 *A domesticação do exótico* – Profa. Dra. Paula Caleffi
- N. 13 *Pomeranas parceiras no caminho da roça: um jeito de fazer Igreja, Teologia e Educação Popular* – Profa. Dra. Edla Eggert
- N. 14 *Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros: a prática política no RS* – Prof. Dr. Gunter Axt
- N. 15 *Medicina social: um instrumento para denúncia* – Profa. Dra. Stela Nazareth Meneghel
- N. 16 *Mudanças de significado da tatuagem contemporânea* – Profa. Dra. Débora Kriskchke Leitão
- N. 17 *As sete mulheres e as negras sem rosto: ficção, história e trivialidade* – Prof. Dr. Mário Maestri
- N. 18 *Um itinerário do pensamento de Edgar Morin* – Profa. Dra. Maria da Conceição de Almeida
- N. 19 *Os donos do Poder, de Raymundo Faoro* – Profa. Dra. Helga Iracema Ladgraf Piccolo
- N. 20 *Sobre técnica e humanismo* – Prof. Dr. Oswaldo Giacóia Junior
- N. 21 *Construindo novos caminhos para a intervenção societária* – Profa. Dra. Lucilda Selli
- N. 22 *Física Quântica: da sua pré-história à discussão sobre o seu conteúdo essencial* – Prof. Dr. Paulo Henrique Dionísio
- N. 23 *Atualidade da filosofia moral de Kant, desde a perspectiva de sua crítica a um solipsismo prático* – Prof. Dr. Valério Rohden
- N. 24 *Imagens da exclusão no cinema nacional* – Profa. Dra. Miriam Rossini
- N. 25 *A estética discursiva da tevê e a (des)configuração da informação* – Profa. Dra. Nísia Martins do Rosário
- N. 26 *O discurso sobre o voluntariado na Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS* – MS Rosa Maria Serra BavareSCO
- N. 27 *O modo de objetivação jornalística* – Profa. Dra. Beatriz Alcaraz Marocco
- N. 28 *A cidade afetada pela cultura digital* – Prof. Dr. Paulo Edison Belo Reyes
- N. 29 *Prevalência de violência de gênero perpetrada por companheiro: Estudo em um serviço de atenção primária à saúde – Porto Alegre, RS* – Prof. MS José Fernando Dresch Kronbauer
- N. 30 *Getúlio, romance ou biografia?* – Prof. Dr. Juremir Machado da Silva
- N. 31 *A crise e o êxodo da sociedade salarial* – Prof. Dr. André Gorz
- N. 32 *À meia luz: a emergência de uma Teologia Gay – Seus dilemas e possibilidades* – Prof. Dr. André Sidnei Musskopf
- N. 33 *O vampirismo no mundo contemporâneo: algumas considerações* – Prof. MS Marcelo Pizarro Noronha
- N. 34 *O mundo do trabalho em mutação: As reconfigurações e seus impactos* – Prof. Dr. Marco Aurélio Santana
- N. 35 *Adam Smith: filósofo e economista* – Profa. Dra. Ana Maria Bianchi e Antonio Tiago Loureiro Araújo dos Santos
- N. 36 *Igreja Universal do Reino de Deus no contexto do emergente mercado religioso brasileiro: uma análise antropológica* – Prof. Dr. Airon Luiz Jungblut
- N. 37 *As concepções teórico-analíticas e as proposições de política econômica de Keynes* – Prof. Dr. Fernando Ferrari Filho
- N. 38 *Rosa Egipcíaca: Uma Santa Africana no Brasil Colonial* – Prof. Dr. Luiz Mott.
- N. 39 *Malthus e Ricardo: duas visões de economia política e de capitalismo* – Prof. Dr. Gentil Corazza
- N. 40 *Corpo e Agenda na Revista Feminina* – MS Adriana Braga
- N. 41 *A (ant)filosofia de Karl Marx* – Profa. Dra. Leda Maria Paulani
- N. 42 *Veblen e o Comportamento Humano: uma avaliação após um século de “A Teoria da Classe Ociosa”* – Prof. Dr. Leonardo Monteiro Monasterio
- N. 43 *Futebol, Mídia e Sociabilidade. Uma experiência etnográfica* – Édison Luis Gastaldo, Rodrigo Marques Leistner, Ronei Teodoro da Silva & Samuel McGinity
- N. 44 *Genealogia da religião. Ensaio de leitura sistêmica de Marcel Gauchet. Aplicação à situação atual do mundo* – Prof. Dr. Gérard Donnadiu
- N. 45 *A realidade quântica como base da visão de Teilhard de Chardin e uma nova concepção da evolução biológica* – Prof. Dr. Lothar Schäfer
- N. 46 *“Esta terra tem dono”. Disputas de representação sobre o passado missioneiro no Rio Grande do Sul: a figura de Sepé Tiaraju* – Profa. Dra. Ceres Karam Brum
- N. 47 *O desenvolvimento econômico na visão de Joseph Schumpeter* – Prof. Dr. Achyles Barcelos da Costa
- N. 48 *Religião e elo social. O caso do cristianismo* – Prof. Dr. Gérard Donnadiu
- N. 49 *Copérnico e Kepler: como a terra saiu do centro do universo* – Prof. Dr. Geraldo Monteiro Sigaud

- N. 50 *Modernidade e pós-modernidade – luzes e sombras* – Prof. Dr. Evilázio Teixeira
- N. 51 *Violências: O olhar da saúde coletiva* – Élda Azevedo Hennington & Stela Nazareth Meneghel
- N. 52 *Ética e emoções morais* – Prof. Dr. Thomas Kesselring
- N. 53 *Juízos ou emoções de quem é a primazia na moral?* – Prof. Dr. Adriano Naves de Brito
- N. 54 *Computação Quântica. Desafios para o Século XXI* – Prof. Dr. Fernando Haas
- N. 55 *Atividade da sociedade civil relativa ao desarmamento na Europa e no Brasil* – Prof. Dra. An Vranckx
- N. 56 *Terra habitável: o grande desafio para a humanidade* – Prof. Dr. Gilberto Dupas
- N. 57 *O decrescimento como condição de uma sociedade convívial* – Prof. Dr. Serge Latouche
- N. 58 *A natureza da natureza: auto-organização e caos* – Prof. Dr. Günter Küppers
- N. 59 *Sociedade sustentável e desenvolvimento sustentável: limites e possibilidades* – Dra. Hazel Henderson
- N. 60 *Globalização – mas como?* – Prof. Dra. Karen Gloy
- N. 61 *A emergência da nova subjetividade operária: a sociabilidade invertida* – MS Cesar Sanson
- N. 62 *Incidente em Antares e a Trajetória de Ficção de Erico Verissimo* – Prof. Dra. Regina Zilberman
- N. 63 *Três episódios de descoberta científica: da caricatura empirista a uma outra história* – Prof. Dr. Fernando Lang da Silveira e Prof. Dr. Luiz O. Q. Peduzzi
- N. 64 *Negações e Silenciamentos no discurso acerca da Juventude* – Cátia Addressa da Silva
- N. 65 *Getúlio e a Gira: a Umbanda em tempos de Estado Novo* – Prof. Dr. Artur Cesar Isaia
- N. 66 *Darcy Ribeiro e o O povo brasileiro: uma alegoria humanista tropical* – Prof. Dra. Léa Freitas Perez
- N. 67 *Adoecer: Morrer ou Viver? Reflexões sobre a cura e a não cura nas reduções jesuítico-guaranis (1609-1675)* – Prof. Dra. Eliane Cristina Deckmann Fleck
- N. 68 *Em busca da terceira margem: O olhar de Nelson Pereira dos Santos na obra de Guimarães Rosa* – Prof. Dr. João Guilherme Barone
- N. 69 *Contingência nas ciências físicas* – Prof. Dr. Fernando Haas
- N. 70 *A cosmologia de Newton* – Prof. Dr. Ney Lemke
- N. 71 *Física Moderna e o paradoxo de Zenon* – Prof. Dr. Fernando Haas
- N. 72 *O passado e o presente em Os Inconfidentes, de Joaquim Pedro de Andrade* – Prof. Dra. Miriam de Souza Rossini
- N. 73 *Da religião e de juventude: modulações e articulações* – Prof. Dra. Léa Freitas Perez
- N. 74 *Tradição e ruptura na obra de Guimarães Rosa* – Prof. Dr. Eduardo F. Coutinho
- N. 75 *Raça, nação e classe na historiografia de Moysés Vellinho* – Prof. Dr. Mário Maestri
- N. 76 *A Geologia Arqueológica na Unisinos* – Prof. MS Carlos Henrique Nowatzki
- N. 77 *Campesinato negro no período pós-abolição: repensando Coronelismo, enxada e voto* – Prof. Dra. Ana Maria Lugão Rios
- N. 78 *Progresso: como mito ou ideologia* – Prof. Dr. Gilberto Dupas
- N. 79 *Michael Aglietta: da Teoria da Regulação à Violência da Moeda* – Prof. Dr. Octavio A. C. Conceição
- N. 80 *Dante de Laytano e o negro no Rio Grande Do Sul* – Prof. Dr. Moacyr Flores
- N. 81 *Do pré-urbano ao urbano: A cidade missioneira colonial e seu território* – Prof. Dr. Arno Alvarez Kern
- N. 82 *Entre Canções e versos: alguns caminhos para a leitura e a produção de poemas na sala de aula* – Prof. Dra. Gláucia de Souza
- N. 83 *Trabalhadores e política nos anos 1950: a ideia de “sindicalismo populista” em questão* – Prof. Dr. Marco Aurélio Santana
- N. 84 *Dimensões normativas da Bioética* – Prof. Dr. Alfredo Culleton & Prof. Dr. Vicente de Paulo Barretto
- N. 85 *A Ciência como instrumento de leitura para explicar as transformações da natureza* – Prof. Dr. Attico Chassot
- N. 86 *Demanda por empresas responsáveis e Ética Concorrencial: desafios e uma proposta para a gestão da ação organizada do varejo* – Prof. Dra. Patrícia Almeida Ashley
- N. 87 *Autonomia na pós-modernidade: um delírio?* – Prof. Dr. Mario Fleig
- N. 88 *Gauchismo, tradição e Tradicionalismo* – Prof. Dra. Maria Eunice Maciel
- N. 89 *A ética e a crise da modernidade: uma leitura a partir da obra de Henrique C. de Lima Vaz* – Prof. Dr. Marcelo Perine
- N. 90 *Limites, possibilidades e contradições da formação humana na Universidade* – Prof. Dr. Laurício Neumann
- N. 91 *Os índios e a História Colonial: lendo Cristina Pompa e Regina Almeida* – Prof. Dra. Maria Cristina Bohn Martins
- N. 92 *Subjetividade moderna: possibilidades e limites para o cristianismo* – Prof. Dr. Franklin Leopoldo e Silva
- N. 93 *Saberes populares produzidos numa escola de comunidade de catadores: um estudo na perspectiva da Etnomatemática* – Daiane Martins Bocasanta
- N. 94 *A religião na sociedade dos indivíduos: transformações no campo religioso brasileiro* – Prof. Dr. Carlos Alberto Steil
- N. 95 *Movimento sindical: desafios e perspectivas para os próximos anos* – MS Cesar Sanson
- N. 96 *De volta para o futuro: os precursores da nanotecnociência* – Prof. Dr. Peter A. Schulz
- N. 97 *Vianna Moog como intérprete do Brasil* – MS Enildo de Moura Carvalho
- N. 98 *A paixão de Jacobina: uma leitura cinematográfica* – Prof. Dra. Marinês Andrea Kunz
- N. 99 *Resiliência: um novo paradigma que desafia as religiões* – MS Susana Maria Rocca Larrosa
- N. 100 *Sociabilidades contemporâneas: os jovens na lan house* – Dra. Vanessa Andrade Pereira
- N. 101 *Autonomia do sujeito moral em Kant* – Prof. Dr. Valerio Rohden
- N. 102 *As principais contribuições de Milton Friedman à Teoria Monetária: parte 1* – Prof. Dr. Roberto Camps Moraes
- N. 103 *Uma leitura das inovações bio(nano)tecnológicas a partir da sociologia da ciência* – MS Adriano Premebida
- N. 104 *ECODI – A criação de espaços de convivência digital virtual no contexto dos processos de ensino e aprendizagem em metaverso* – Prof. Dra. Eliane Schlemmer
- N. 105 *As principais contribuições de Milton Friedman à Teoria Monetária: parte 2* – Prof. Dr. Roberto Camps Moraes
- N. 106 *Futebol e identidade feminina: um estudo etnográfico sobre o núcleo de mulheres gremistas* – Prof. MS Marcelo Pizarro Noronha

- N. 106 *Justificação e prescrição produzidas pelas Ciências Humanas: Igualdade e Liberdade nos discursos educacionais contemporâneos* – Profa. Dra. Paula Corrêa Henning
- N. 107 *Da civilização do segredo à civilização da exibição: a família na vitrine* – Profa. Dra. Maria Isabel Barros Bellini
- N. 108 *Trabalho associado e ecologia: vislumbrando um ethos solidário, termo e democrático?* – Prof. Dr. Telmo Adams
- N. 109 *Transumanismo e nanotecnologia molecular* – Prof. Dr. Celso Candido de Azambuja
- N. 110 *Formação e trabalho em narrativas* – Prof. Dr. Leandro R. Pinheiro
- N. 111 *Autonomia e submissão: o sentido histórico da administração – Yeda Crusius no Rio Grande do Sul* – Prof. Dr. Mário Maestri
- N. 112 *A comunicação paulina e as práticas publicitárias: São Paulo e o contexto da publicidade e propaganda* – Denis Gerson Simões
- N. 113 *Isto não é uma janela: Flusser, Surrealismo e o jogo contra* – Esp. Yentl Delanhesi
- N. 114 *SBT: jogo, televisão e imaginário de azar brasileiro* – MS Sonia Montañó
- N. 115 *Educação cooperativa solidária: perspectivas e limites* – Prof. MS Carlos Daniel Baioto
- N. 116 *Humanizar o humano* – Roberto Carlos Fávero
- N. 117 *Quando o mito se torna verdade e a ciência, religião* – Róber Freitas Bachinski
- N. 118 *Colonizando e descolonizando mentes* – Marcelo Dascal
- N. 119 *A espiritualidade como fator de proteção na adolescência* – Luciana F. Marques & Débora D. Dell'Aglio
- N. 120 *A dimensão coletiva da liderança* – Patrícia Martins Fagundes Cabral & Nedio Seminotti
- N. 121 *Nanotecnologia: alguns aspectos éticos e teológicos* – Eduardo R. Cruz
- N. 122 *Direito das minorias e Direito à diferenciação* – José Rogério Lopes
- N. 123 *Os direitos humanos e as nanotecnologias: em busca de marcos regulatórios* – Wilson Engelmann
- N. 124 *Desejo e violência* – Rosane de Abreu e Silva
- N. 125 *As nanotecnologias no ensino* – Solange Binotto Fagan
- N. 126 *Câmara Cascudo: um historiador católico* – Bruna Rafaela de Lima
- N. 127 *O que o câncer faz com as pessoas? Reflexos na literatura universal: Leo Tolstói – Thomas Mann – Alexander Soljenitsin – Philip Roth – Karl-Josef Kuschel*
- N. 128 *Dignidade da pessoa humana e o direito fundamental à identidade genética* – Ingo Wolfgang Sarlet & Selma Rodrigues Petterle
- N. 129 *Aplicações de caos e complexidade em ciências da vida* – Ivan Amaral Guerrini
- N. 130 *Nanotecnologia e meio ambiente para uma sociedade sustentável* – Paulo Roberto Martins
- N. 131 *A philia como critério de inteligibilidade da mediação comunitária* – Rosa Maria Zaia Borges Abrão
- N. 132 *Linguagem, singularidade e atividade de trabalho* – Marlene Teixeira & Éderson de Oliveira Cabral
- N. 133 *A busca pela segurança jurídica na jurisdição e no processo sob a ótica da teoria dos sistemas sociais de Niklass Luhmann* – Leonardo Grison
- N. 134 *Motores Biomoleculares* – Ney Lemke & Luciano Hennemann
- N. 135 *As redes e a construção de espaços sociais na digitalização* – Ana Maria Oliveira Rosa
- N. 136 *De Marx a Durkheim: Algumas apropriações teóricas para o estudo das religiões afro-brasileiras* – Rodrigo Marques Leistner
- N. 137 *Redes sociais e enfrentamento do sofrimento psíquico: sobre como as pessoas reconstruem suas vidas* – Breno Augusto Souto Maior Fontes
- N. 138 *As sociedades indígenas e a economia do dom: O caso dos guaranis* – Maria Cristina Bohn Martins
- N. 139 *Nanotecnologia e a criação de novos espaços e novas identidades* – Marise Borba da Silva
- N. 140 *Platão e os Guarani* – Beatriz Helena Domingues
- N. 141 *Direitos humanos na mídia brasileira* – Diego Airoso da Motta
- N. 142 *Jornalismo Infantil: Apropriações e Aprendizagens de Crianças na Recepção da Revista Recreio* – Greyce Vargas
- N. 143 *Derrida e o pensamento da desconstrução: o redimensionamento do sujeito* – Paulo Cesar Duque-Estrada
- N. 144 *Inclusão e Biopolítica* – Maura Corcini Lopes, Kamila Lockmann, Morgana Domênica Hattge & Viviane Klaus
- N. 145 *Os povos indígenas e a política de saúde mental no Brasil: composição simétrica de saberes para a construção do presente* – Bianca Sordi Stock
- N. 146 *Reflexões estruturais sobre o mecanismo de REDD* – Camila Moreno
- N. 147 *O animal como próximo: por uma antropologia dos movimentos de defesa dos direitos animais* – Caetano Sordi
- N. 148 *Avaliação econômica de impactos ambientais: o caso do aterro sanitário em Canoas-RS* – Fernanda Schutz
- N. 149 *Cidadania, autonomia e renda básica* – Josué Pereira da Silva
- N. 150 *Imagética e formações religiosas contemporâneas: entre a performance e a ética* – José Rogério Lopes
- N. 151 *As reformas político-econômicas pombalinas para a Amazônia: e a expulsão dos jesuítas do Grão-Pará e Maranhão* – Luiz Fernando Medeiros Rodrigues
- N. 152 *Entre a Revolução Mexicana e o Movimento de Chiapas: a tese da hegemonia burguesa no México ou "por que voltar ao México 100 anos depois"* – Claudia Wasserman
- N. 153 *Globalização e o pensamento econômico franciscano: Orientação do pensamento econômico franciscano e Caritas in Veritate* – Stefano Zamagni
- N. 154 *Ponto de cultura teko arandu: uma experiência de inclusão digital indígena na aldeia kaiowá e guarani Te'yikue no município de Caarapó-MS* – Neimar Machado de Sousa, Antonio Brand e José Francisco Sarmento
- N. 155 *Civilizar a economia: o amor e o lucro após a crise econômica* – Stefano Zamagni
- N. 156 *Intermitências no cotidiano: a clínica como resistência inventiva* – Mário Francis Petry Londero e Simone Mainieri Paulon



Stefano Zamagni, economista italiano, é professor da Universidade de Bolonha, na Itália, e vice-diretor da sede italiana da Johns Hopkins University. Recentemente, Zamagni ganhou destaque mundial por ter sido um dos principais consultores e assessores do Papa Bento XVI na redação da encíclica *Caritas in Veritate*, publicada em 2009, acerca do “desenvolvimento humano integral”. Desde 2007, é presidente da Agência para as Organizações Não Lucrativas de Utilidade Social – Onlus,

entidade do governo italiano responsável pelas associações sem fins lucrativos. Desde 1991, é consultor do Conselho Pontifício “Justiça e Paz”, do Vaticano. De 1999 a 2007, foi também presidente da Comissão Católica Internacional para as Migrações – ICMC. Em 2008, foi homenageado com o título de Cavaleiro-Comendador da Ordem de São Gregório Magno, uma das cinco ordens pontifícias da Igreja Católica. Em 2010, recebeu o título de doutor *honoris causa* em economia da Universidade Francisco de Vitoria, de Madri, Espanha.

Algumas publicações do autor

ZAMAGNI, S. *Microeconomia*. Bolonha: Ed. Il Mulino, 1997.

_____. *Per una Nuova Teoria Economica della Cooperazione*. Bolonha: Ed. Il Mulino, 2005.

_____. *L'Economia del Bene Comune*. Roma: Ed. Città Nuova, 2007.

ZAMAGNI, S.; BRUNI, L. *Economia Civil: Eficiência, Equidade e Felicidade*. São Paulo: Ed. Cidade Nova, 2010.